

# Globethics Repository

The logo for Globethics, featuring the word "Globethics" in white sans-serif font on a blue rectangular background.

O “Sul” para além da geografia, a acepção política e econômica do termo [The "South" beyond geography, politia meaning and economic the term]

This page was generated automatically upon download from the Globethics Repository. More information on Globethics see <https://www.globethics.net>. Data and content policy of Globethics Repository see <https://repository.globethics.net/pages/policy>.

Item Type	Article
Authors	Machado, Ricardo
Publisher	Instituto Humanitas Unisinos - IHU
Rights	With permission of the license/copyright holder
Download date	2026-07-09 06:45:55
Link to Item	<a href="http://hdl.handle.net/20.500.12424/158391">http://hdl.handle.net/20.500.12424/158391</a>

# O “Sul” para além da geografia, a acepção política e econômica do termo

Gladys Lechini, professora e pesquisadora da Argentina, sustenta que o atual rearranjo das forças internacionais favorece as mudanças no eixo geopolítico e agroeconômico

POR RICARDO MACHADO | TRADUÇÃO: ANDRÉ LANGER  
COLABOROU: FERNANDA FRIZZO BRAGATO

**A**ssimetria nas relações entre as nações do Sul Global, quando comparadas às trocas entre sulistas e países do hemisfério Norte, demonstra a forte vinculação histórica dos países colonizados em relação aos seus colonizadores. Tal fator dificulta, mas não impede, uma aproximação mais horizontal entre os países em desenvolvimento e emergentes no Sul Global. “As fortes relações de dependência mantidas com os países centrais foram o maior impedimento para a aproximação horizontal. Estas relações produziram, entre outras questões, uma dependência cultural e um único modo de entender o mundo através do eurocentrismo e da colonialidade do saber e, portanto, do poder”, defende a professora e pesquisadora Gladys Lechini, em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**.

“O conceito ‘Sul’ ultrapassa a categoria geográfica e se assenta sobre uma concepção política e econômica. Os países do Sul são países em vias de desenvolvimento, periféricos, que compartilham situações socioeconômicas e político-culturais tanto entre seus contextos locais como nos âmbitos regionais”, sustenta. Na opinião da entrevistada, apesar da conjuntura desfavorável, é possível “aspirar a manter relações mais igualitárias e cooperativas,

compartilhando experiências e somando força política e econômica para ganhar mais autonomia na hora de organizar a agenda global e defender seus interesses”.

De acordo com a professora, diante do atual rearranjo das forças internacionais e mudanças no eixo geopolítico e agroeconômico, os governos latino-americanos têm oportunidades para melhorar a inserção internacional agindo em cooperação. “O atual sistema internacional mostra sinais de esgotamento do modelo vigente, sob a liderança norte-americana, e há um processo de configuração de novas forças que estão emergindo e que poderiam dar nova forma ao cenário global”, sustenta.

Gladys Lechini é graduada em Relações Internacionais pela Universidad Nacional de Rosario e graduada em Ciência Política pela mesma universidade. Realizou mestrado em Ciências Sociais na Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales e doutorado em Sociologia na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – USP. Atualmente integra o *Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas*, na Argentina.

Confira a entrevista.

**IHU On-Line – Ao pensar as relações internacionais entre o Sul Global, que particularidades se tornam evidentes entre a América Latina e a África? Quais são as princi-**

**pais diferenças de quando levamos em conta a relação com os países do Norte?**

**Gladys Lechini –** As relações entre os Estados da América Latina

e da África – desde as independências nos anos 1960 – mostraram um padrão de intermitência que pode ser explicado pelos vaivéns próprios das situações domésticas e regionais,

assim como pelos condicionantes sistêmicos.

Embora as duas regiões tenham sofrido o colonialismo europeu, as marcas dos colonizadores e as diferenças temporais no acesso à independência deixaram sua marca na história, na evolução sociopolítica e econômica de seus respectivos países. A forte vinculação com os poderes centrais contribuiu para potencializar o desconhecimento mútuo e promover o esquecimento. As fortes relações de dependência mantidas com os países centrais foram o maior impedimento para a aproximação horizontal. Estas relações produziram, entre outras questões, uma dependência cultural e um único modo de entender o mundo através do eurocentrismo e da colonialidade do saber e, portanto, do poder.

A ideia de promover a cooperação entre os países do Sul surgiu como complemento e ao mesmo tempo como alternativa à relação assimétrica Norte-Sul. O processo de aproximação entre os países da América Latina e da África se dá no contexto das relações Sul-Sul. Mas o conceito “Sul” ultrapassa a categoria geográfica e se assenta sobre uma concepção política e econômica. Os países do Sul são países em vias de desenvolvimento, periféricos, que compartilham situações socioeconômicas e político-culturais tanto entre seus contextos locais como nos âmbitos regionais. No entanto, podem aspirar a manter relações mais igualitárias e cooperativas, compartilhando experiências e somando força política e econômica para ganhar mais autonomia na hora de organizar a agenda global e defender seus interesses.

**IHU On-Line – Como se deu historicamente a relação entre a Argentina e os países africanos? A relação foi apenas no âmbito econômico ou também cultural? Que mudanças ocorreram a partir da segunda metade do século XX?**

**Gladys Lechini** – Uma revisão da evolução das relações argentino-africanas nas últimas quatro décadas

## “As fortes relações de dependência mantidas com os países centrais foram o maior impedimento para a aproximação horizontal”

– desde a independência dos Estados do continente africano – mostra que os países africanos não fizeram parte das prioridades externas da Argentina. Buenos Aires manteve com eles relações esporádicas. Os modos como os diferentes e sucessivos governos desenharam a política externa e a pouca e variável relevância outorgada às relações Sul-Sul moldaram o baixo perfil das relações argentino-africanas, tanto em nível do discurso como das ações.

Essa aproximação mostra um padrão de relações marcado pela dinâmica dos impulsos, gerando uma relação espasmódica com altos (os impulsos) e baixos (a inércia e a não política). Durante os impulsos se abriram embaixadas, se enviaram e receberam missões diplomáticas e comerciais e incrementou-se o comércio. No entanto, este conjunto de ações não produziu uma massa crítica que promovesse o desenho de estratégias para os Estados da África, porque os impulsos responderam a iniciativas pontuais, que depois se desvaneceram.

Inicialmente, a aproximação foi política e comercial (votos e mercados). No entanto, não é um dado menor a satisfatória balança comercial para a Argentina que se mantém ao longo dos anos, embora os fluxos de intercâmbio representem uma porção muito pequena do comércio da Argentina com o mundo, em média 6% na última década. Os principais sócios

são Angola, Egito, Marrocos, Líbia, Tunísia, África do Sul, Argélia e Nigéria.

**IHU On-Line – Que impactos os processos de democratização dos países da África, especialmente da África do Sul, trouxeram para a relação com a Argentina?**

**Gladys Lechini** – A conquista da democracia na África do Sul, com as eleições livres e multirraciais de 1994 e a supressão do *apartheid* implicaram um giro copernicano na região, habilitando um novo interlocutor regional no continente e em escala global. O processo sul-africano se deu no contexto de uma “onda democratizadora” que percorreu a África na década de 1990. Nessa época, a Argentina estava priorizando os países desenvolvidos e enfocou suas ações pragmáticas apenas para sócios úteis na relação comercial, como eram os países da África do Norte e da África do Sul, por seu impacto no processo de reinserção internacional.

**IHU On-Line – Por que as chamadas “teorias macro” das relações internacionais são capazes de explicar o “sistema internacional”, mas parecem ser insuficientes para dar conta da relação bilateral entre os Estados?**

**Gladys Lechini** – As grandes linhas teóricas das relações internacionais, do realismo em diante, explicam o que acontece no sistema internacional e, sobretudo, como se comportam o sistema e os principais atores. Não são projetadas para trabalhar relações bilaterais, e menos ainda entre atores pouco relevantes para o sistema. Apenas as teorias de alcance médio ou as teorias vinculadas à política exterior e seus processos decisórios podem oferecer marcos mais adequados. No entanto, faz-se necessário desde o Sul esforçar-se para elaborar marcos adequados e funcionais às realidades dos Estados, as quais, por sua própria inserção, deveriam ser revisionistas.

**IHU On-Line – De que maneira o caso brasileiro, na política externa com os países africanos, ajudou a**

**compreender as relações entre a Argentina e a África?**

**Gladys Lechini** – O caso brasileiro, utilizado a modo de espelho, ou seja, para poder ter um parâmetro de medição e comparação, foi muito útil na hora de analisar e avaliar as relações da Argentina com a África, tanto em nível do discurso como das ações. Tanto é assim que, embora o primeiro impulso pós-independências africanas tenha sido dado pela Argentina com o envio da missão Llamazares, esta iniciativa acabou se diluindo nos emaranhados da política exterior argentina, sem conformar massa crítica. No entanto, o Brasil construiu uma política africana em base a um discurso “culturalista” que lhe permitiu uma justificação doméstica. Como mencionou certa vez o ministro da Cultura Gilberto Gil,<sup>1</sup> com a África existe uma conexão cultural, genética e estética.

**IHU On-Line – Como os processos de democratização e modernização dos Estados Latino-Americanos modificaram a política internacional no Sul Global? Que dinâmicas de poder foram restabelecidas?**

**Gladys Lechini** – Os países da América Latina têm pouca incidência nos acontecimentos globais, salvo quando podem somar votos e propor uma negociação conjunta, como aconteceu em Cancun em 2003, nas negociações comerciais da Rodada de Doha<sup>2</sup>. No entanto, torna-se muito

<sup>1</sup> **Gilberto Gil** (1942): é um político, cantor, compositor, multi-instrumentista, escritor, ambientalista, empresário e intelectual brasileiro, também conhecido por sua inovação musical e por ser ganhador de prêmios Grammys, Grammy Latino, galardeado pelo governo francês, com a Ordem Nacional do Mérito (1997), e pela Unesco como “artista pela paz”, em 1999. Gil foi embaixador da ONU para agricultura e alimentação e ex-Ministro da Cultura do Brasil (2003-2008). Em mais de cinquenta álbuns lançados, ele incorpora a gama eclética de suas influências, incluindo rock, gêneros tipicamente brasileiros, música africana e reggae, por exemplo. (Nota da IHU On-Line)

<sup>2</sup> **Doha**: a rodada de Doha das negociações da OMC (Organização Mundial do Comércio) começou em novembro de 2001. O objetivo era a adesão à Agenda de Desenvolvimento de Doha, e a partir daí negociar a abertura dos mercados agrícolas e industriais. A rodada de Doha visa diminuir as barreiras comerciais em

## “Estas relações produziram, entre outras questões, uma dependência cultural e um único modo de entender o mundo através do eurocentrismo”

difícil encontrar e manter os aspectos comuns quando há fortes interesses individuais, aliados a estratégias dos países do Norte ou governos dispostos a aceitar esses condicionamentos.

**IHU On-Line – Como compreender as complexidades da cultura e da política interna paralelamente à política externa dos países do Sul Global na construção das relações internacionais dos países da América Latina?**

**Gladys Lechini** – Os países da América Latina têm uma longa história de marchas e contramarchas em busca de sua identidade e tratando de sobreviver em um sistema internacional complexo, no qual lhes estava reservado um papel subordinado. Por muitíssimos anos, o sistema condicionou os modos de inserção internacional e os Estados latino-americanos viveram ondas de situações similares: períodos de governos militares, etapas de redemocratização, crises da dívida, busca de alianças no Sul, etapa de neoliberalismo, momentos progressistas.

Diante das atuais possíveis mudanças na reconfiguração de forças internacionais e mudanças nos eixos geopolíticos e agroeconômicos,

todo o mundo, com foco no livre comércio para os países em desenvolvimento. As conversações centram-se na separação entre os países ricos, desenvolvidos, e os maiores países em desenvolvimento (representados pelo G20). (Nota da IHU On-Line)

os governos latino-americanos têm novas oportunidades para melhorar sua inserção internacional agindo cooperativamente e fazendo concessões em benefício de um interesse mancomunado.

**IHU On-Line – Qual é o papel do continente africano neste contexto? Que intercâmbios foram possíveis de realizar?**

**Gladys Lechini** – O atual sistema internacional mostra sinais de esgotamento do modelo vigente, sob a liderança norte-americana, e um processo de configuração de novas forças que estão emergindo e que poderiam dar nova forma ao cenário global. Fruto desta transição, o multiculturalismo e a formação de coalizões estão na ordem do dia. A criação de redes entre atores governamentais, sustentados pelos não governamentais, produz uma densidade de interconexões com efeitos variados e inovadores. O inter-regionalismo, definido como a cooperação entre diversas regiões, é um fenômeno recente no campo das relações internacionais. Pode dar-se entre diferentes processos ou entre Estados pertencentes a diversas regiões.

O ressurgimento da África como ator relevante no cenário internacional em função da posse de importantes recursos naturais deveu-se a uma combinação entre sua relativamente nova “estabilidade democrática”, o crescimento das economias subsaarianas e o desembarque dos BRICS<sup>3</sup>, em particular a China, no começo deste século. Esta nova situação produziu uma reação em cadeia de velhos e novos sócios. Os primeiros recompuse-

<sup>3</sup> **Brics**: em Economia, Brics é um acrônimo que se refere aos países membros fundadores: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Juntos formam um grupo político de cooperação. Os membros estão todos em um estágio similar de mercado emergente, devido ao seu desenvolvimento econômico. Apesar do grupo ainda não ser um bloco econômico ou uma associação de comércio formal, como no caso da União Europeia, existem fortes indicadores de que os cinco países têm procurado formar uma aliança, e assim converter “seu crescente poder econômico em uma maior influência geopolítica. Desde 2009, os líderes do grupo realizam cúpulas anuais. (Nota da IHU On-Line)

ram seu esquecimento e voltaram ao continente africano com um renovado interesse econômico e os segundos esgrimindo uma nova solidariedade na Cooperação Sul-Sul (CSS).

Desde a perspectiva da chancelaria argentina, continuou-se com o tradicional modo de agir por impulsos, isolados e desconexos, com um discurso crescentemente demarcado pelas linhas da Cooperação Sul-Sul. Isto se transmutou na prática em uma cooperação mais próxima dos modelos de assistência científico-tecnológica do que à ideia de *coalition building*.

Em um contexto de baixa densidade de relações político-diplomáticas foram reabertas três embaixadas e aprofundaram-se as relações comerciais com os sócios tradicionais da região. Reiterando a importância da cooperação Sul-Sul e o multilateralismo como mecanismos efetivos para alcançar consensos e promover o desenvolvimento de ambas as regiões, o governo argentino participou de todas as Cúpulas América do Sul-Países Árabes – ASPA e América do Sul-África – ASA<sup>4</sup>.

#### **IHU On-Line – Diante do contexto do século XXI, impactado pelos processos de globalização dos últimos 20 anos, quais são os avanços e os desafios que podemos apontar?**

**Gladys Lechini** – O século XX concluiu com os países do Sul sofrendo as consequências negativas derivadas da aplicação das medidas impostas pelo chamado Consenso de Washington<sup>5</sup>,

## “Aspirar a manter relações mais igualitárias e cooperativas, compartilhando experiências e somando força política e econômica”

as quais aprofundaram a brecha entre ricos e pobres, deixando no próprio Sul uma pesada dívida social. Os países da América Latina se viram imersos em complexas situações domésticas, enquanto a África havia ficado presa ao “afropessimismo”, ao “cansaço dos doadores” e ao esquecimento.

Apesar de todos os problemas e presságios negativos, o novo século XXI trouxe renovadas esperanças para a cooperação Sul-Sul entre as regiões, à medida que se avançava nas relações bilaterais e, paralelamente, se promovia o multilateralismo (nas Nações Unidas e na Organização Mundial do Comércio), o minilateralismo (IBSA-G20 comercial e o G20 financeiro)<sup>6</sup> e o inter-regionalismo (ASPA, ASA, ZPCAS<sup>7</sup>).

Entre a aproximação bilateral e as estratégias multilaterais e regionais, os Estados da América Latina e da África estão se conectando em um mundo que está lentamente mudando, a partir de uma nova reconfiguração de forças. Para otimizar sua inserção internacional, necessitam desenvolver novas estratégias em um contexto de novas realidades e buscando marcos conceituais e analíticos próprios, em base ao conhecimento construído, adquirido e compartilhado a partir de diferentes latitudes.

A cooperação Sul-Sul pode ser uma alternativa complementar à diversificação das relações externas e à busca de novos sócios, em múltiplos jogos e alianças. A América Latina está recuperando sua autoestima. A África está ressurgindo. Seus governos têm a responsabilidade de não perder esta nova oportunidade e fazer um uso racional dos recursos e de sua inserção internacional em benefício de seus povos. Seus governos devem estar à altura das circunstâncias para poder dar as respostas apropriadas aos desafios que um sistema internacional com fortes turbulências apresenta e construir um mundo inclusivo e mais bem distribuído.

né Equatorial, em 2013. Também houve o relançamento da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul em Luanda, Angola, em 2007, e depois em Montevideu, Uruguai, em 2013. Seus membros são: Argentina, Angola, Benin, Brasil, Camarões, Cabo Verde, Congo, Costa do Marfim, Guiné Equatorial, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Namíbia, Nigéria, República Democrática do Congo, Santo Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, África do Sul, Togo e Uruguai. A Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZPCAS) surgiu em 1986 para promover a cooperação e a manutenção da paz e da segurança no Atlântico Sul e desta maneira prevenir a crescente militarização da região e a possível ingerência de potências extrarregionais. A ZPCAS passou por vários períodos, resultado tanto das mudanças sistêmicas como dos processos políticos e econômicos domésticos vividos pelos países em ambos os lados do Atlântico, “aggiornando” e modificando seus objetivos. Desde a sua criação, foram realizadas as seguintes reuniões ministeriais: em Brasília (1988 e 1994); em Abuja, Nigéria (1990); em Sommerset West, África do Sul (1996); em Buenos Aires (1998); e as já mencionadas em Luanda (2007) e em Montevideu (2013). (Nota da Entrevistada)

4 A primeira Cúpula ASPA aconteceu em Brasília, em 2005, a segunda em Doha (Catar), em 2005, e a terceira em Lima (Peru), em outubro de 2012. A primeira Cúpula ASA foi realizada em Abuja (Nigéria), em 2006, a segunda em Margarita (Venezuela), em 2009, e a terceira em Malabo (Guiné Equatorial), em fevereiro de 2013. (Nota da Entrevistada)

5 **Consenso de Washington:** conjunto de medidas composto por dez regras básicas, formulado em novembro de 1989 por economistas de instituições financeiras baseadas em Washington D.C., como o FMI, o Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, fundamentadas num texto do economista John Williamson, do International Institute for Economy, e que se tornou a política oficial do Fundo Monetário Internacional em 1990, quando passou a ser “receitado” para promover o “ajustamento macroeconômico” dos países em desenvolvi-

to que passavam por dificuldades. (Nota da IHU On-Line)

6 O Fórum IBSA (Índia, Brasil e África do Sul) e o G20 comercial foram criados em 2003, ao passo que o G20 financeiro, formado por Estados desenvolvidos e emergentes, surgiu no final da década de 1990 para tratar dos problemas financeiros globais e foi reabilitado com a crise financeira do final da primeira década do século XXI. (Nota da Entrevistada)

7 Os encontros entre os Estados da América do Sul e os Países Árabes (ASPA) incluem 10 africanos: Argélia, Comores, Djibuti, Egito, Líbia, Marrocos, Mauritânia, Somália, Sudão e Tunísia. Reuniram-se em 2005 em Brasília, em 2009 em Doha, Catar, e em 2013, em Lima, Peru. A primeira cúpula de países da América do Sul e da África (ASA) aconteceu em Abuja, Nigéria, em 2006; a ela se seguiram as reuniões da Ilha Margarita, na Venezuela, em 2009, e de Malabo, Gui-